

# PROCESSOS DE MUDANÇA TOPONÍMICA E SUA ABORDAGEM PELA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

*Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)*

## RESUMO

Neste trabalho, aventamos a possibilidade de estudo da mudança toponímica como um processo geral de mudança lingüística, dentro dos quadros da Teoria da Variação e Mudança Lingüística. Além disso, com base em um levantamento de dados históricos da toponímia dos municípios baianos, propomos uma classificação dos processos de mudança toponímica.

**Palavras-chave:** Mudança toponímica; Teoria da variação; Mudança lingüística

Este trabalho resulta de reflexões maturadas nos últimos meses, durante o processo de análise e interpretação de parte dos dados do projeto de pesquisa *Toponímia dos Municípios da Bahia: descrição, história e mudanças*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, que estamos desenvolvendo nos últimos três anos sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Suzana Alice Cardoso e do qual resultará nossa Tese de Doutorado. Nosso objeto de estudo são as denominações dos municípios baianos, abordadas a partir de uma dupla perspectiva:

- um enfoque propriamente lingüístico e sincrônico – que busca analisar a toponímia municipal baiana, estudar-lhe os processos de constituição mórfica e apontar-lhe as diferentes procedências (portuguesa, indígena, africana ou outra), nos momentos históricos anteriormente definidos; e

- um enfoque histórico e lingüístico-histórico – que procede ao estudo da sucessão dos nomes atribuídos a cada município, desde o seu surgimento até hoje, detectando os principais tipos de mudança e suas causas.

De estudos anteriores (Ramos 1997, 2004, 2005 e 2006), veio-nos a idéia de verificar a possibilidade de estudo dos processos de mudança toponímica como uma modalidade de mudança lingüística geral, dentro dos quadros da Teoria da Variação e Mudança Lingüística (do-

ravante, TVML) ou Sociolingüística Variacionista<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, a quase ausência de estudos classificatórios da mudança toponímica levou-nos a experimentar a única categorização desses fenômenos que conhecemos – Dauzat (1971 [1928]) –, com vistas a ver-lhe a adequação para o nosso *corpus* e para o quadro referencial da TVML. Se adequada, será adotada na pesquisa; se inadequada, no todo ou em parte, seremos forçados a rejeitá-la na mesma proporção e propor uma outra taxonomia.

Iniciemos, pois, a discussão pela apreciação da possibilidade de estudo da mudança toponímica à luz da TVML, indicando, de acordo com WLH (1968), os principais problemas para os quais uma teoria da mudança lingüística deve fornecer respostas:

- a) a questão dos fatores condicionantes (mudanças e condicionantes possíveis);
- b) a questão da transição (os estágios intervenientes entre dois estados da língua);
- c) a questão do encaixamento (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura lingüística e na estrutura social);
- d) a questão da avaliação (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua);
- e) a questão da implementação (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época). (Faraco, 2006: 17)

Interessante notar que, dada a antiguidade dos fenômenos de mudança toponímica, é possível encontrar, ao longo da história de várias sociedades, exemplos de como as questões acima indicadas a elas se relacionam. Assim, uma observação sobre o hábito geral de povos conquistadores da Antiguidade<sup>2</sup> de trocar os nomes dos locais subjulgados, demarcando sua propriedade nesses territórios<sup>3</sup>, aponta as invasões

---

<sup>1</sup> Desde sua proposição em 1968 por Weinreich, Labov e Herzog em estudo hoje clássico da Lingüística Histórica, a TVML acabou por se tornar o principal modelo dos estudos lingüísticos ocupados das relações entre as variáveis sociais e o uso das línguas. Esse ensaio é conhecido por WLH (1968), das iniciais dos autores e do ano de publicação. Neste trabalho, as citações desse texto são feitas com base em sua primeira edição em português, constante nas referências.

<sup>2</sup> A única exceção a essa regra geral parece terem sido os gregos, que aceitavam as denominações dos locais por eles visitados e/ou conquistados.

<sup>3</sup> Assim, ao conquistarem o noroeste da Península Ibérica e transformá-lo em Província da *Gallaecia* (atual Galícia), os romanos trocaram-lhe o nome da capital para *Aquiae Flaviae* (atual Santiago

e conquistas como fator condicionante externo a essas mudanças toponímicas e, ao mesmo tempo, pode indicar caminhos para a compreensão do encaixamento social desse fenômeno.

São também de natureza sócio-cultural as razões de implementação de um tipo de topônimo no Brasil a partir do final da década de 1950, período de abertura da economia do país para o capital industrial estrangeiro, com a implantação de empresas transnacionais, em sua maioria norte-americanas. Desse contexto de adensamento das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos e das conseqüentes relações culturais, surgiu uma tendência, ainda hoje forte, de fixação de novos topônimos, híbridos, geralmente formados de duas raízes, uma portuguesa e outra de origem inglesa (lândia < ingl. *land* “terra”) ou grega (pólis < gr. *pólis* “cidade”), havendo, ainda casos de os morfemas em questão serem originados dessas línguas estrangeiras (Crisópolis, Teofilândia). São exemplos desses topônimos e dos processos de mudança de que eles resultam: Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Santana de Catão > Catão > Catolândia; Igatiquira > Cravolândia; Buritizinho > Cristópolis; Ouro Branco > Ourolândia; Retiro Velho > Retiro > Retirolândia; Quaresma > Santanópolis; Serrote > Serrolândia; Burietá > Teolândia.

As questões do condicionamento e da transição podem ser estudadas em situações de variação toponímica, fenômeno recorrente em várias culturas e sociedades, mesmo atuais. Assim, por exemplo, na China, há acidentes geográficos com mais de um nome, o que se explica pelo costume de os nomes dos acidentes serem oficialmente trocados a cada dinastia (embora haja registro de mudanças intradinásticas), mas permanecerem, formas novas e antigas, no uso popular. Por sua vez, no Brasil, há acidentes naturais e humanos com mais de uma nomenclatura: uma oficial, que, apesar disso, convive com uma ou várias populares, geralmente mais antiga(s).

---

de Compostela). Essa prática era comum entre os hebreus que, mesmo quando não mudavam oficialmente o nome de uma cidade conquistada, lhe atribuíam um nome popular, associando-a ao seu conquistador ou descobridor, como no caso de Jerusalém que, após capitular diante de Davi, passou a ser chamada “cidade de Davi”. Esse costume perdurou ainda durante o Medievo, como demonstra a atitude dos árabes conquistadores da Península Ibérica (711 d.C.) que, em homenagem ao comandante de suas tropas (Djebel Al'Tarik), trocaram o nome do pequeno istmo que separa essa região do norte da África de Colunas de Hércules (como era conhecido até então) para Estreito de Gibraltar.

Nesses casos, as razões para a não-superação da nomenclatura oficial inovadora sobre as populares tradicionais são de várias ordens e relacionam o problema da transição aos da avaliação e da implementação. Examinemos isso com mais vagar. No Brasil, ao se emancipar, muitas vezes ocorre de uma localidade trocar de nome, mas continuar a ser chamada pelo topônimo anterior por habitantes do município de origem. Há duas explicações para este fato. No caso de municípios recentes (como Luís Eduardo Magalhães, ainda hoje chamado de Mimoso ou Mimoso do Oeste por muitos, na região), isto se deve à força do hábito e ao pouco tempo de emancipação. No de municípios criados não tão recentemente (como João Dourado ou São Desidério<sup>4</sup>, ainda hoje chamados de Canal e Cuia, respectivamente), provavelmente a duas reprováveis atitudes: o ressentimento pela perda do antigo território e o preconceito dirigido aos cidadãos da urbe emergente, em geral considerados gente matuta, simplória, ignorante.

Outro exemplo de estudo das razões da implementação de uma mudança toponímica num determinado momento histórico no Brasil é dado por Ramos & Venâncio (2002) que, estudando o fenômeno do desaparecimento dos hagiotopônimos em Minas Gerais pela eliminação da referência ao santo homenageado, vinculam-no a vários os motivos, o principal deles a gradual perda de prestígio político da Igreja frente ao poder secular. Segundo esses autores, em Minas Gerais, no período colonial, à medida que o poder real se fortalecia, os nomes religiosos foram gradativamente substituídos por nomes referentes à casa reinante portuguesa, o que também se observa na Bahia: Arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697) > Senhor do Bonfim da Tapera (1750) > Vila Nova da Rainha (1797).

Esses e outros tantos exemplos demonstram a possibilidade de estudo da mudança toponímica dentro do quadro referencial da TVML. Falta, contudo, saber se a taxonomia desses processos proposta de Dauzat (1971 [1928]) permite o tratamento aos problemas acima definidos (condicionamento, transição, avaliação, encaixamento e implementação) e pode servir de instrumento de análise do *corpus* do nosso projeto de pesquisa. Assim, passemos a analisá-la.

---

<sup>4</sup> Alguns cidadãos desiderenses ofendem-se profundamente quando ouvem dizer que são naturais da Cuia, chegando até mesmo a reações violentas.

Dauzat (1971 [1928]) distingue dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo, ao longo dos tempos). Entre aquelas, destaca as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas, fruto da imposição de autoridades (impostas) ou de sugestão acatada pelas autoridades (aceitas). Entre as transformações, discrimina, ainda, as ocorridas no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente fonético<sup>5</sup>, alteração paronímica ou alteração meramente gráfica<sup>6</sup>; das decorrentes da passagem do topônimo de um idioma para outro<sup>7</sup>.

A importância dessa proposta não reside no fato de ser a primeira – e, ao que sabemos, a única – a tratar da mudança toponímica. Ela aponta alguns critérios e categorias relevantes para o seu estudo no interior da TVML (como os fatores condicionantes da mudança), a despeito de ter sido aventada em época bastante anterior à emergência desse quadro referencial da Lingüística. Contudo, como não contempla os demais problemas centrais do estudo das mudanças lingüísticas, nem às necessidades do corpus de nossa pesquisa, aproveitamos-lhes algumas classes e as reordenamos, com outras, numa nova proposta, que passamos a apresentar.

Ao longo de sua história, os topônimos dos atuais municípios baianos passaram por mudanças que atingiram ora o seu termo específico, ora o genérico<sup>8</sup>. Com relação ao tipo de mudança que é foco do

---

<sup>5</sup> É caso da mudança de Carurenha para Cariranha.

<sup>6</sup> No final da década de 1990, uma polêmica ortográfica agitou uma pacata cidade goiana. Conviam simultaneamente várias formas gráficas para o topônimo e ninguém, nem mesmo as autoridades municipais, tinha idéia de qual delas era a padrão. Consultados, alguns filólogos estudaram o problema e sugeriram uma grafia padrão, oficializada pela Câmara Municipal. Só para dar uma idéia da variedade de formas gráficas que o topônimo teve, note a oposição entre a atual grafia oficial e suas variantes: Piumhi – Piumhy, Piúi, Piüy, π 1i.

<sup>7</sup> É o caso da mudança de Rio Branco para Paratinga, nomes de significado equivalentes, mas em línguas distintas, português e Tupi-antigo.

<sup>8</sup> Embora na pesquisa que desenvolvemos, interessem-nos as alterações dos termos específicos, pudemos notar um curioso tipo de alteração dos termos genéricos – que passam de simples (Aldeia, Vila, Cidade, etc.) a composto (Vila Bela, Vila Nova, Vila Imperial, Leal Cidade, etc.) –, ocorrido especificamente durante o período do Império, embora algumas localidades tenham adentrado até mesmo a segunda fase republicana (a Era Vargas) com essas denominações. Nesses ca-

projeto de pesquisa acima referido, as dos termos específicos, agrupamos os processos observados de acordo com os seguintes critérios:

**1º critério: fator condicionante**, que classifica as mudanças em:

**a) sistemáticas**<sup>9</sup> – ocorre a intervenção do Poder Público ou pela imposição de sua vontade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou da vontade popular normalmente expressa por plebiscito<sup>10</sup>; ou

**b) espontâneas** – fruto do uso popular, tacitamente aceito Poder Público.

Dentro dos quadros teóricos da TVML, esses fatores condicionantes e as categorias deles derivadas relacionam-se à avaliação da mudança à sua implementação. Nem sempre as mudanças sistemáticas impostas são bem aceitas pela população, gerando protestos que levam o Poder Público a restaurar a nomenclatura anterior. Na Bahia, por exemplo, em diferentes épocas os municípios de Barreiras, Caém e Miguel Calmon tiveram seus nomes respectivamente alterados para Governador Antônio Balbino, Anselmo da Fonseca e Djalma Dutra; nos três casos, a imposição da mudança tornou os novos topônimos populares, fazendo a Assembléia Legislativa declinar de sua decisão. Nesse mesmo sentido, outro caso muito curioso ocorreu em Gentio do Ouro, município em que há o distrito de Itajubaquara (em Tupi-antigo, “buraco de ouro, mina de ouro”), nome original, mudado, na década de 1990, para Caldeirão do Ouro pela Prefeitura Municipal, sem consulta prévia aos cidadãos, que rejeitaram essa atitude, chegando mesmo a

---

os, o denominador parece louvar a localidade ou fazer questão de destacar-lhe uma característica. São exemplos: Vila de Santo Antônio de Jacobina > Agrícola Cidade de Jacobina (além de destacar a mudança do *status* político, explicita um traço de sua cultura material), Bonfim > Cidade Nova da Revolução (louvor à primeira cidade baiana a aderir à República), Santíssimo Sacramento de Itaparica > Intrépida Ilha de Itaparica > Denodada Ilha de Itaparica (adjetivos atribuídos pelo papel da população insular durante a Guerra de Independência da Bahia, entre 1822 e 1823).

<sup>9</sup> Só podemos considerar sistemática uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea.

<sup>10</sup> Como no caso do distrito de Agenor de Freitas que, quando de sua emancipação, teve o atual nome (Barrocas) indicado por essa modalidade de consulta popular.

quebrar a placa de trânsito com o novo nome da localidade colocada na estrada que lhe dava acesso e a colocar uma nova com o antigo nome. Também neste caso, a autoridade municipal reviu sua postura.

Por sua vez, geralmente, as mudanças sistemáticas aceitas pelo Poder Público ocorrem em momentos de emancipações municipais. Até a data de sua emancipação, algumas localidades têm um determinado nome. Para demarcar sua nova fase, surgem sugestões de especialistas<sup>11</sup> ou populares que, uma vez apreciadas pela autoridade competente (em geral a Câmara de Vereadores ou a Assembléia Legislativa), são adotadas.

**2º critério: conservação ou inovação de categoria toponímica**, que classifica as mudanças em:

**a) formais** – conservação do topônimo na mesma categoria, com alguma alteração na forma original: Umbuzeiro do Morro > Mungungo do Morro; Cajueiro > Acajutiba; Queimadas > Adustina; etc.; ou

**b) totais** – alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original: Lamarão > Pindobaçu; São João do Alípio > Wazzu > Joanina > Presidente Jânio Quadros.

**3º critério: a relação entre o tamanho dos topônimos antigo e novo**, que classifica as mudanças em:

**a) ampliações** – o topônimo inovador é maior que seu antecessor: Joanina > Presidente Jânio Quadros; As Queimadas > Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas; etc.; ou

**b) reduções** – o topônimo inovador é menor que seu antecessor: Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas > Queimadas; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; etc.

---

<sup>11</sup> Quando da emancipação do distrito de Caraíbas, acatando sugestão do tupinólogo Theodoro Sampaio, a Assembléia Legislativa da Bahia trocou-lhe o nome para Irecê. (RUBEM 1999)

**4º critério: a integridade do significante do topônimo**, que classifica as mudanças em:

**a) internas** – em relação a seu antecessor, o novo topônimo sofreu alguma alteração fonética ou gráfica: Guaraci > Coaraci; Caitaté > Caitité; Juçari > Jussari; etc.; ou

**b) externas** – traduções literais dos topônimos originais para uma outra língua: Rio Branco > Paratinga; Barro Vermelho > Ibitipanga; Rochedo > Ibititá; Toca da Onça > Jaguaquara; etc.

**5º critério: a preservação de elementos formantes de topônimo(s) anteriores**, que classifica as mudanças em:

**a) conservação lexical** – o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es): Paraguaçu > Iaçú; Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; Lagoa de Canabrava > Lagoa do Dutra > Presidente Dutra; etc.; ou

**b) regressão** – retomada de topônimo anterior: Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras; Caém > Anselmo da Fonseca > Caem.

Vale destacar que essas categorias se justapõem umas às outras, aparecendo isoladas muito raramente (Guaraci > Coaraci, mudança interna). Assim, por exemplo, na seqüência Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto > Palmas de Monte Alto, temos a seguinte classificação das mudanças toponímicas:

1) Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto – mudança sistemática<sup>12</sup>, total (hagiotopônimo > geomorfotopônimo), por redução;

2) Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto – mudança espontânea, formal (geomorfotopônimo > geomorfotopônimo), por redução, com conservação lexical;

---

<sup>12</sup> A mudança da sede da povoação dos pés do referido monte, onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens para o litoral ocasionou a alteração toponímica.



3) Monte Alto > Palmas de Monte Alto – mudança espontânea, total (geomorfotopônimo > fitotopônimo), por ampliação, com conservação lexical.

Da exposição precedente e dos inúmeros exemplos arrolados, concluímos ser possível o estudo dos processos de mudança toponímica a partir da TVML e ser adequada a taxonomia aqui proposta para o *corpus* de nossa pesquisa; humildemente, submetemo-la à apreciação e ao teste por outros colegas pesquisadores da toponímia brasileira em seus respectivos *corpora* e conseqüente aprimoramento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAUZAT, Albert. *Le noms de lieux*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “A estrutura do signo toponímico”. *Língua e literatura*, 9(9):287-91. Recife: UFPE, 1980.

FARACO, Carlos Alberto. “Apresentação de um clássico”. In.: WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. (2006 [1968]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 9-29.

RAMOS, Jânia Martins & VENÂNCIO, Renato Pinto. “Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia & CALLOU, Dinah (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, vol. 4, p. 112-23.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Variação lingüística individual ao longo do tempo: um estudo de caso a partir de reentrevista a informante do Projeto NURC-Salvador. Comunicação apresentada ao Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: UERJ, ago. 1997.

———. Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte I. *Revista Philologus*, 10(30):117-25. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set-dez. 2004.

———. Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte II. *Revista Philologus*, 11(31):102-16. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan-abr. 2005.

———. Toponímia e poder: a Igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia. Comunicação apresentada ao X Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. [Tradução: Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006.